

RESENHA: POR QUE OS BRICs NÃO LIDERARÃO O MUNDO?

BEAUSANG, Francesca. **Globalization and the BRICs: Why the BRICs will not rule the world for long.** Hampshire: Palgrave Mcmillan, 2012. ISBN: 9781137271600. Pp. 215.

Mauro Sérgio Figueira¹

No auge da discussão sobre os BRICs, a economista Francesca Beausang-Hunter, pesquisadora do Grupo BMI e doutora pela Universidade de Cambridge, já era uma voz pessimista, não só quanto à capacidade desses países liderarem a economia política internacional, mas também quanto a suas condições internas de desenvolvimento no longo prazo. É o que mostra neste livro em que aborda, de uma perspectiva liberal institucionalista, tanto algumas potencialidades dos BRICs quanto fraquezas que os impedirão de se consolidarem como alternativa ao Ocidente. O objetivo do livro é fornecer um panorama da inserção dos BRICS na globalização e argumentar sobre o futuro declínio do grupo por causa de duas características insustentáveis: a imensa desigualdade econômica no interior de cada um e a falta de capacidade de inovação tecnológica.

A autora inicia mapeando, no capítulo um, a inserção de cada um dos BRICs no processo de globalização, que para ela trata-se um processo que possibilita a difusão e aquisição do conhecimento e da tecnologia, desde que isso seja orientado e buscado ostensivamente pela estratégia nacional. O mapeamento da inserção de cada um na globalização é comparado

¹ Mestrando em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

com a descrição do processo completado pela Coreia do Sul na década de 1980. Focando nas instituições e orientações estratégicas que permearam a inserção dos BRICs na globalização, a autora mostra que há dois casos extremos: o da China, que se inseriu de forma gradual mas completa na globalização, privilegiando a aquisição de tecnologia e conhecimento via *joint ventures* e submetendo totalmente o processo à sua estratégia nacional; e o caso do Brasil que inseriu-se na globalização através de um processo que a autora chamou ironicamente de “liberalização de manual”, dando a entender que a abertura brasileira seguiu à risca recomendações liberais ortodoxas.

No capítulo dois a autora explora alguns dados quantitativos da dimensão econômica que permitem visualizar uma maior participação dos países emergentes em geral e dos BRICs em específico na atividade econômica global. A autora levanta dados em comércio, investimento e mesmo inflação para mostrar que há uma maior relevância dos mercados emergentes para a economia global. Os BRICs, nesse sentido, alavancaram a integração comercial entre si a ponto de deslocarem Estados Unidos e Europa como principais parceiros, mesmo que qualitativamente o comércio intra-BRICs seja fortemente dependente da China e marcadamente assimétrico em termos de valor agregado. Em matéria de investimentos, os países emergentes – com destaque para os asiáticos – são capazes de fornecer fundos significativos para investimento estrangeiro via fundos soberanos de riqueza. São esses dados que dão a impressão de que os BRICs irão alcançar uma posição de liderança global em um futuro próximo, mas do ponto de vista político, abordado no capítulo três, a figura se altera.

O pós-crise de 2008 teve entre suas implicações a do surgimento com força dos BRICs como grupo político, como a autora mostra no capítulo três. Postos em dificuldades financeiras e diante do impacto limitado da crise sobre os BRICs, os países em desenvolvimento responderam com o recrudescimento do protecionismo comercial, financeiro e cambial mascarado de diversas formas e contradizendo a própria retórica pró-liberalização econômica multilateral. O relativo sucesso econômico dos BRICs, no entanto, os forneceu a força suficiente apenas para barrar em conjunto as propostas do Ocidente para a política internacional. Para além disso, os BRICs continuaram sem condições de assumir uma postura propositiva e se mostraram vulneráveis à capacidade de os Estados Unidos lhes desmobilizar através do manejo dos interesses econômicos individuais de cada um, fato que permite questionar a solidez política do grupo.

No capítulo quatro a autora procede a um mapeamento denso da desigualdade em cada um dos BRICs individualmente, com foco especial na desigualdade de acesso a recursos como a terra e, principalmente, o conhecimento. De partida, a autora se apressa em distanciar-se da interpretação marxista para a desigualdade, para, desde sua perspectiva econômica liberal institucionalista, destacar os efeitos potencialmente desestabilizadores do sistema político e da economia de mercado que a desigualdade suscita. O ponto forte do capítulo é a rica coleta de dados para os casos individuais de cada BRICs, com menção aos problemas que enfrentam devido à desigualdade e aos caminhos de cada um para a recente redução da pobreza.

O quinto capítulo complementa a ideia de que desigualdade e falta de inovação são ameaças para o crescimento sustentável. De uma perspectiva, a falta de inovação nas ideias já coloca os BRICs na berlinda para liderar o mundo, pois deverão apresentar soluções que fossem mais interessantes do que aquelas difundidas no Ocidente. Ademais, em se tratando de inovações tecnológicas, a autora mostra que os BRICs estão muito atrás dos países desenvolvidos tanto em número de patentes registradas quanto nos aspectos qualitativos que sustentam a inovação, tais como investimento em infraestrutura de Pesquisa e Desenvolvimento, qualidade na formação de quadros e da produção científica e falta de integração na estrutura do sistema nacional de inovação, apesar da existência de alguns campeões nacionais globalmente competitivos em cada um dos BRICs.

Na conclusão do livro a autora explicita a relação entre inovação, autoritarismo e desigualdade e os impactos dessa tríade no desenvolvimento. Baseada na premissa de que a China deverá transitar para uma economia de inovação caso queira sustentar seu crescimento, a autora busca destacar o que vê como incompatibilidade absoluta, entre ambiente de inovação e regime político autoritário. Para ela, o grande desafio da China no campo político-econômico será transitar para o modelo de inovação que exige liberdade de criatividade sob um regime político democrático liberal que forneça as condições para o florescimento de novas ideias, especialmente em setores de tecnologia mais complexa. O sistema universitário chinês, fator chave para a inovação, é o que mais sente os impactos do regime autoritário, que busca prezar pelos aspectos quantitativos que não garantem automaticamente a evolução qualitativa. Contudo, mais do que o ambiente político institucional, a desigualdade é considerada pela autora como o principal elemento perturbador da inovação e,

consequentemente, do desenvolvimento já que, mesmo em ambientes democráticos como o Brasil e a Índia, a criação relativamente livre é estrangulada. No diagnóstico, a autora interpreta que da perspectiva da demanda as inovações de produtos são restritas aos consumidores das classes altas – que frequentemente repetem e imitam as elites de países desenvolvidos – desequilibrando o mercado de consumo e ameaçando a sustentabilidade do crescimento; pelo lado da oferta, as dificuldades de acesso ao ensino superior criam elites técnicas que se inserem diretamente nas ilhas de excelência que não são suficientes para canalizar as inovações por toda a economia nacional. No tratamento, sugere um grupo de políticas públicas que ataquem especificamente a desigualdade provendo acesso à educação, saúde, conhecimento e infraestrutura de pesquisa e financiamento, mas que principalmente forneça condições para a organização autônoma das classes mais baixas, a exemplo da experiência brasileira de combate à pobreza.